

O barulho surdo(?) da(s) raça(s) em *O meu nome é Legião*

Ana Paula Arnaut

Resumo: Dando conta de episódios e de situações que nos são temporal e espacialmente próximos, *O meu nome é Legião* é um dos mais violentos romances de António Lobo Antunes. Numa tentativa de contrariar o fenómeno de “amnésia colectiva” que parece ainda existir em Portugal relativamente a um passado colonial, o autor expõe variadas questões raciais e, concomitantemente, denuncia inúmeras violações aos mais elementares direitos de igualdade entre o Homem.

Em crónica intitulada “Receita para me lerem,” António Lobo Antunes sublinha o facto de não existirem nas suas obras “sentidos exclusivos nem conclusões definidas” e exige “que o leitor tenha uma voz entre as vozes do romance [...] a fim de poder ter assento no meio dos demónios e dos anjos da terra” (*Segundo livro* 114). É, justamente, a tentativa de encontrarmos o lugar da nossa voz no meio das vozes de *O meu nome é Legião*, como no meio da voz do próprio autor e de outras vozes, que nos leva a ensaiar uma leitura no âmbito dos estudos post-coloniais desta que é uma das mais interessantes obras da constelação ficcional antuniana.

Recordamos, entretanto, que, no interessantíssimo trabalho *Os romances de António Lobo Antunes*, Maria Alzira Seixo chamou já a atenção para o facto de a experiência colonial dever ser considerada “de importância central e determinante” na produção literária do escritor:

A guerra, a luta contra quem se não quer destruir; o sofrimento, a morte, a separação da família e da terra natal; o alheamento progressivo em relação a uma natureza humana em que o indivíduo se reconhecia e que parece depois abandoná-lo irremissivelmente; a observação da outra terra que se ocupa, em atitude de estrangeiro fascínio e de gradual e afectiva adopção—são componentes da experiência colonial e da má-consciência de parte dos portugueses combatentes em África, que fazem da obra de Lobo Antunes um lugar literário privilegiado para o estudo dessa situação humana complexa e [...] para a consideração dos modos narrativos e da questionação da subjectividade na sua modalidade de escrita, nomeadamente através da problematização da identidade, do sentimento de pertença e da relação com o outro. (Seixo 499-500)

Cumprе destacar, todavia, que a forma como essa experiência se prolonga na tessitura narrativa vai ganhando contornos e cores diferentes, de acordo, como não podia deixar de acontecer, com a evolução literária antuniana. Assim, é verdade que *Os cus de Judas* (1979) se apresenta como o único romance em cujas páginas, de modo sistemático, se aborda a questão da guerra colonial—a partir da experiência pessoal vivida em Angola entre Janeiro de 1971 e Abril de 1973. Não é menos verdade, porém, que uma leitura da globalidade da obra de Lobo Antunes revela como obsessiva não só a questão das relações de Portugal com “o outro” mas, acima de tudo, as suas consequências, isto é, os resultados da prática de uma certa política colonial.

Deixando de lado romances como *O esplendor de Portugal* (1997) e *Boa tarde às coisas aqui em baixo* (2003), cujo enredo retoma em grau e modos diversos o espaço e questões de África (do passado mais distante como do mais recente), acreditamos poder afirmar que a presença e a memória de África, e tantas vezes a memória concreta da guerra e dos seus efeitos e prolongamentos, podendo não constituir o cerne da narrativa e da narração, faz-se presente de modos mais ou menos subteis.

Sublinhamos, exemplarmente, as pontuais lembranças da guerra que percorrem *Memória de elefante* (1979) ou *Conhecimento do inferno* (1980); as não tão pontuais recordações do grupo de ex-combatentes em *Fado alexandrino* (1983); o relato dos efeitos da descolonização através do paródico regresso dos retornados em *As naus* (1988); as simples alusões feitas por diversas personagens, como o pai de Rui S., que em *Explicação dos pássaros* (1981) discursa sobre a “nossa obra civilizadora em África” (126); as meras referências a uma decoração que exhibe artefactos africanos ou que reproduz paisagens de

África, como o “óleo de queimada africana na parede” em *A morte de Carlos Gardel* (197); ou, ainda, a inclusão no xadrez narrativo de personagens e de situações-conflitos sociais que, de forma inevitável, convocam a memória da experiência colonial, como acontece em *O meu nome é Legião* (2007). Afinal, ao contrário do que observa o alferes, personagem de *Fado alexandrino*, talvez não seja “esquisito como as coisas horríveis se nos pegam, viscosas, à memória [...]” (66).

E talvez por isso, do que se trata é de, através da memória individual, (re)avivar uma memória social que parece ter desaparecido, transformando-se ou diluindo-se em fenómeno de amnésia colectiva (este, sim, esquisito). António Lobo Antunes relembra, a propósito:

Quando publiquei *Os cus de Judas* tive muitos problemas porque contava algumas coisas, como quando a polícia política chegava onde nós estávamos com os negros e faziam com que o primeiro da fila cavasse a sua fossa, metia-se dentro e o polícia atirava sobre ele, o segundo tapava a fossa, abria a sua, metia-se dentro, outro disparo, e assim por diante. Isso foi um grande escândalo aqui em 1979 porque depois da Revolução toda a gente queria esquecer. (Blanco 153)¹

Decorre do exposto que a violência que, regra geral, preside aos universos romanescos antunianos é uma violência justificada, porque necessária ao não esquecimento. É também uma violência tanto mais real quanto especula testemunhos em primeira-mão ou, no mínimo, se baseia em extrapolações permitidas por esses mesmos testemunhos-vivências. Não se estranha, por consequência, que, recuperando técnicas de apresentação formal já anteriormente ensaiadas (da investigação, da inquirição e do inquérito-relatório policial), o romance *O meu nome é Legião* seja um dos mais violentos romances do autor. Talvez não o seja do mesmo modo que o são *Os cus de Judas*, *O esplendor de Portugal* ou *Boa tarde às coisas aqui em baixo*, com os seus terríveis episódios de guerra, perseguição, mortes e tortura física—ou talvez o seja também por isso—mas porque se trata de uma obra cuja essência temática desnuda um vasto número de violações aos mais elementares direitos de igualdade entre o Homem.

Esta sensação, esta certeza da violência, respeita ainda ao facto de, a acompanhar a exposição dos conflitos inter- e intra-raciais, as personagens fazerem uso de uma linguagem crua, objectiva e ostensivamente racista, como veremos. Ora, e na sequência do que acima dissemos, se tivermos em mente que é

também o próprio autor quem sublinha a necessidade de, nos seus romances, partir de “um cenário sólido,” de “uma base real,” apontando que “a casca são pessoas que eu conheço, como as casas, como as ruas,” que depois veste “por dentro e por fora conforme [lhe] apetece,” então não é difícil compreender que o que desse modo extensionalmente se opera é a desmistificação da não existência de racismo em Portugal (Dias 151).

Além disso, a violência a que nos referimos é uma violência que se torna absolutamente assustadora porque reflecte episódios que nos são próximos, espacial e temporalmente próximos. Referimo-nos não apenas aos assaltos a áreas de serviço na auto-estrada do Norte (*O meu nome é Legião* 15), a lojas de telemóveis (19), a carros (20), a casais de namorados (164), ou a cabinas das portagens (291), entre outros episódios, mas, essencialmente, ao microcosmos social em torno do qual se orquestra o romance. Por outras palavras, reportamo-nos a toda essa matéria humana que é, ainda, o resultado (inevitável?) de um processo de descolonização mal pensado e mal conduzido. Um conjunto de homens e mulheres descendentes em segunda ou terceira geração desses que, no pós-25 de Abril—ou para fugir às guerras civis ou, simplesmente, para tentar melhores condições de vida—optaram por regressar a um país que, no passado recente como no presente de enunciação, não parece ter condições para os receber digna e igualitariamente, relegando-os e confinando-os a guetos-bairros de segunda categoria. Disso mesmo é exemplo o Bairro 1º de Maio, que serve de pano de fundo ao romance em apreço e cujo assunto é apresentado nos seguintes termos:

[...] um grupo de miúdos negros ou mestiços, nascidos em Portugal e que não pertencem a Portugal, nem a África. O livro é sobre um gang desses miúdos que assaltam, roubam, etc. Um gang que a Polícia persegue e que vai tentando matar um a um. Crianças de 12/13/14 anos. (Silva 522)

Com estas palavras resume António Lobo Antunes o leque de um dos grupos de personagens de *O meu nome é Legião* e com as que a seguir transcrevemos se lhes refere, identificando-as, o agente responsável pelo inquérito policial e representante possível do grupo que se lhes opõe:

Temos motivos para adiantar com base em actuações pretéritas essas sim já aferidas que os suspeitos se distribuíram nos veículos de acordo com a ordem habitual, ou seja o chamado Capitão de 16 (dezasseis) anos *mestiço*, o chamado Miúdo de 12

(doze) anos *mestiço*, o chamado Ruço de 19 (dezanove) anos *branco* e o chamado Galã de 14 (catorze) anos *mestiço* na dianteira e os restantes quatro, o chamado Guerrilheiro de 17 (dezassete) anos *mestiço*, o chamado Cão de 15 (quinze) anos *mestiço*, o chamado Gordo de 18 (dezoito) anos *preto* e o chamado Hiena de 13 (treze) anos *mestiço* assim apelidado em consequência de uma malformação no rosto (lábio leporino) e de uma fealdade manifesta que ousamos sem receio embora avessos a julgamentos subjectivos classificar de repelente

(vacilámos entre repelente e hedionda)

a que se juntava uma clara dificuldade na articulação vocabular muitas vezes substituída por descoordenação motora e guinchos logo atrás [...].

(14; *itálico* nosso)

Do modo como se vai dando a conhecer o desenvolvimento da investigação policial levada a cabo—e que envolve, necessariamente, outras personagens cujas vozes se vão chamando à boca de cena da narrativa—, torna-se possível, então, ilustrar as tensões raciais, e também identitárias, que caracterizam o Portugal coevo. Um jogo de forças que podemos enquadrar no âmbito da conhecida e célebre imagem de Prospero e Caliban (Santos 31). Assim, do que se trata em *O meu nome é Legião* não é propriamente de comentar as actividades criminosas perpetradas pelo que podemos designar por Grupo dos 8. Trata-se, antes, de expor esses comentários em paralelo com o factor raça, isto é, fazendo depender a violência do facto de serem brancos—civilizados—ou negros—selvagens. Se no episódio do assalto ao casal do carro esta dicotomia se encontra subentendida na afirmação “— Não somos senhores somos pretos” (em resposta dada à pergunta “— O que desejam os senhores?”), ela está, pelo contrário, muito explícita no comentário inicial do Polícia (*O meu nome é Legião* 22). Este salienta

[...] a importância do chamado Ruço ser o único caucasiano

(raça branca em linguagem técnica)

e todos os companheiros semi-africanos e num dos casos negro e portanto mais propensos à crueldade e violência gratuitas o que conduz o signatário a tomar a liberdade de questionar-se preocupado à margem do presente relatório sobre a justeza da política de imigração nacional. (14)²

A isto acrescenta, entre tantas apreciações negativas, que “o que este país tem de sobra são mestiços e pretos” (40), isto é, “raças inferiores” (66). A

assunção da inferioridade racial já havia levado o seu ajudante a exclamar “— Ponham-me a mandar neste país durante cinco minutos e mato os pretos todos” (29).³

Este racismo arreigado leva ainda o Polícia a nunca verbalizar o nome da mulher mestiça com quem viverá no Bairro 1º de Maio, no decurso do cumprimento da missão de deter(-matar) os suspeitos, apesar de ao leitor ser possível verificar uma paulatina transformação da repulsa inicialmente sentida em carinho e afecto.⁴ Sentimentos que, todavia (por vergonha racial?) nunca se assumem, nunca se dizem, de forma desassombrada.

Mas os juízos que mais acentuam a relação maniqueísta na diferença entre as raças chegam-nos também, mas não exclusivamente, pelas vozes da prostituta (branca) que irá viver com o Gordo, do padrasto (branco) do Miúdo do avião, ou, ainda, do marido-companheiro (branco) da irmã do Hiena. É, com efeito, a partir dos registos-vozes destas personagens que se dá início à “criação de um estereótipo do colonizado como animal selvagem,” de acordo com o que escreve Frantz Fanon:

Às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo da sua lógica e desumaniza o colonizado. Propriamente falando, animaliza-o. E, na realidade, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Alude-se aos movimentos de réptil do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, à peste, ao pululamento, ao formigueiro, às gesticulações. O colono, quando quer descrever e encontrar a palavra justa, refere-se constantemente ao bestial. (38)⁵

É assim que, pela voz da prostituta, ficamos a saber, de forma reiterada, do “cheiro grosso que os perfumes não tiram” (*O meu nome é legião* 81, 88-89, 112); um cheiro que parece alastrar-se-lhe, ao ponto de (num processo de diluição da identidade) sentir ter perdido o que nela havia de branca (96-112).⁶ Salientamos também as referências ao ódio que o dono da hospedaria tem aos “pretos” (75), a troça que se faz de uma mulata (85), ou, retornando à prostituta, as alusões ao facto de sentir ser melhor que o Gordo por ser branca, dando graças a Deus por isso (81, 84).

Além do mais, é também pela voz desta personagem que conhecemos a violência que, até na morte, assiste ao destino do “outro”: “se um mestiço morre neste Bairro entornam a pessoa no vazadouro ou fica semanas num talude até os insectos da terra a levarem com eles” (93). E se, por vezes, nos parece ser possível ler (tal como no já mencionado caso do agente da Polícia)

alguma afectividade, (quando se interroga, por exemplo, se sente a falta do preto), a verdade é que o tom predominante se encaixa nas considerações tecidas por Fanon, mormente no que respeita ao estabelecimento de uma linha de zoomorfização que transforma o “outro” em macaco: “onde morávamos o que não faltava eram quartos, sujidade, trastes mais velhos que eu, os brancos sem se chegarem à gente / Os macacos” (94, 116).

Lançado o mote, e após terem sido largados, no apeadeiro, os cadáveres de dois dos miúdos (o Gordo e o Miúdo), cumprirá ao Polícia (num registo que intersecta o da prostituta) dar continuidade à racista imagem zoomórfica: “Os mestiços hão-de enterrá-los descansem / dado que os macacos se enterram uns aos outros, é da natureza dos bichos cavarem com as unhas sem entenderem porquê, esses instintos deles” (121). O nome de um dos adolescentes, o Cão, ilustra também, desde logo, a estratégia de zoomorfização.⁷

Em tonalidades diversas, mas todavia afins, esta imagem depreciativa prolonga-se quer na voz do padraço do Miúdo do avião quer no discurso do companheiro da irmã do Hiena.

No que à primeira personagem diz respeito, a identificação negro-bicho acontece de forma ora explícita e certa, ora com “nuances” dubitativas:

[...] o miúdo mestiço, a minha esposa mestiça, os primos mestiços em cada canto do Bairro

(acasalam entre si como os bichos)

sumidos em gretas, furnas

(exactamente como os bichos)

ou depenando noitibós na rua

(até escaravelhos comiam garanto) [...]. (129)

Nesta mesma linha, é também muito elucidativo o seguinte diálogo:

— Uma mestiça que tolíce

a minha prima a abanar-me

— Se me visitares com ela ponho-lhe o comer na tigela dos cães

e a minha esposa de gatas na cozinha ou trancada na varanda enquanto os meus tios [...]

não a deixando aproximar-se

— Não tens vergonha tu?

surgem de mil pontos cardeais, atenciosos, íntimos

Cá estou eu cá estou eu
 e ao darem pela minha esposa
 — Não tens vergonha tu?
 olhos cegos e no entanto vendo, palavras letra a letra, pesadas duras terríveis,
 duvido se palavras
 — Não tens vergonha tu?
 o que herdámos de África macacos que nos mentem, nos roubam e a gente
 — Por favor
 antes de ficarmos de bruços, a gente
 — Por favor
 ao ficarmos de bruços e chaves de parafusos, navalhas, vertemos o comer na
 tigela dos cães como ela gosta, sabe lá de copos e talheres, estendem-nos
 estendem-nos a palma atrás das grades aos crocitos, vais ter filhos pretos pen-
 durados de cabeça para baixo das sanefas, uma sorte que a Polícia nas figueiras
 bravas, se o teu pai sonhasse, se a tua mãe
 (a magrinha de cabelo vermelho?)
 sonhasse
 (quem era a minha mãe?)
 voltavam cá cima para te meter na ordem [...]. (136-37)

Talvez por isso chegue mesmo a advogar que se aperte “a goela dos mesti-
 ços [...]” que se derrame “petróleo nas cabanas,” que se pegue “num fósforo /
 [como em África não era, exactamente como em África]” (153).

Num outro exemplo, porém, a certeza zoomórfica mescla-se, como disse-
 mos, de alguma dúvida:

[...] o meu enteado e os amigos a passearem nas dunas não como passeiam as
 pessoas, como passeiam os animais
 (dizem que os pretos animais não sei, pergunto-me se a minha esposa um
 animal, há alturas em que me parece querer falar e não fala, detém-se à beira de
 uma frase e vai-se embora [...]). (159)⁸

Note-se que esta ideia da ausência da capacidade de verbalização, ou que
 simbolicamente podemos ler como tal, contribui oblíqua mas extensional-
 mente, em conjunto com a ausência do “mecanismo das lágrimas,” para o
 processo de zoomorfização, isto é, para essa linha de desumanização de que
 fala Fanon (140).⁹ Afinal, o que também distingue o Homem do animal é a

capacidade da fala [...] e do choro [...]. No que se refere ao segundo caso acima mencionado, o do companheiro da irmã do Hiena, só aparentemente se atenua a cor racista das apreciações feitas ou a identificação negro-animal. É certo que, neste caso, a linguagem pode não ser tão explícita como a do padrasto do Miúdo; mas não é menos certo que se torna plausível observar a mesma violência e o mesmo desprezo pelo “outro.” Além de salientar “o instinto dos pretos / [que] (até um osso farejam)” (232), dá continuidade a todo um processo de inferiorização, patente, entre outros, no seguinte excerto:

Claro que é mestiça e portanto má rês, apontem-me um preto como deve ser, trabalhador, honesto e por mais que se esforcem não encontram nem um, conhecidos de ginjeira em África e aqui, em África até que a revolução os tornou donos do que nós fizemos e eles destruíram num instante matando-se uns aos outros e aqui para onde nos acompanharam nos barcos a *guinchar-nos* à volta

Senhoras e senhores

tão maltrapilhos como dantes e *lambendo-nos as mãos numa esperança de dono* visto precisarem que tomem conta deles para não morrerem de fome a mastigarem raízes e a catarem piolhos à entrada das cubatas de modo que cá os temos a norte de Lisboa enchendo as quintas abandonadas [...]

a acenderem fogueirinhas com sobras de mobília enquanto os netos em bando na Amadora com manias de branco *vestidos como uma caricatura de nós* [...]

(223-24; itálico nosso)

Todavia, o que de curioso acontece é que vai ser pelo estabelecimento de um outro jogo de tensão racial—instituído em paralelo com este que acabamos de mencionar—que o barulho surdo(?) da(s) raça(s) mais se fará ouvir. E se assim ocorre é porque, agora, surge a hipótese de a dicotomia Prospero-Caliban, isto é, branco-mestiço/negro, ser reduplicada no âmbito das relações raciais entre os dois últimos (sem que, contudo, o branco deixe de encarnar a imagem de Prospero em relação aos dois “outros”). A figura de Prospero pode, pois, ser também reduplicada pelo mestiço, passando o negro a ser visto, por este, como o selvagem Caliban. Fazendo prova literária do que apontou Boaventura de Sousa Santos, o que *O meu nome é Legião* ilustra, certificando-o, é que “A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso-colonialista ou luso-tropicalista, mas é certamente a causa de um racismo de tipo diferente” (Santos 41).

E nesta outra variante de racismo que no romance se vai insinuando, a supremacia do branco continua a fazer-se sentir, na medida em que, situado num meio caminho entre raças—numa espécie de território que não se quer ocupar—o mestiço pode também sonhar parecer/sonhar ser branco e não negro. Assim, se, por um lado, ouvimos a mãe do Miúdo (mestiça) a dizer-se preta—e, por isso, a não ter “um lugar que nos aceite salvo figueiras bravas e espinhos”—claramente evidenciando a consciência da impossibilidade de ser aceite no seio de Prospero, por outro lado, faz-se também ouvir a voz da avó do Miúdo do avião (mestiça) que diz sempre ter querido “um branco que a fizesse sentir branca e a tornasse branca” (*O meu nome é Legião* 172-73).

É também pela voz desta última personagem que se faz ecoar um tempo colonial, tornando-o presente e, por isso, prolongando em tempos post-coloniais esse outro tipo de racismo decorrente da reduplicação da imagem de Prospero.¹⁰ Ao recordar o tempo de África, a avó do Miúdo permite-nos, pois, saber do distanciamento racial que a miscigenação desde sempre impôs:

[...] a mim a quem criaram numa vivenda a sério com rosas-chá em torno que se adivinhava o perfume, *empregados que não moravam com a gente e eu odiaria que morassem, moravam nas cubatas com os seus panos do Congo e o seu cheiro e a tua avó* [da Mãe do Miúdo] *com eles, não nos entrava em casa, não*

— Filha

ao dirigir-se a mim, a tua avó

— Menina

sem se chegar é evidente

— Menina

uma preta descalça não uma branca como eu e na qual o meu pai não reparava um minuto, uma ocasião dei por ele intrigado

— Quem é?

procurando na memória, não a descobrindo e esquecendo-a, nós na praia do Lobito ao fim da tarde e ele não menina, ele

— Filha [...] (184; itálico nosso)¹¹

Além disso, como facilmente se depreende das apreciações feitas pelos companheiros-maridos brancos da mãe do Miúdo e da irmã do Hiena (ou, apesar de tudo, pela atitude do Polícia em relação à mestiça com quem vai viver), a simpática e benevolente ideia do luso-tropicalismo parece ser irremediavelmente minada. Tal acontece, segundo julgamos, na medida em que

os jogos relacionais instituídos não deixam pressupor o respeito recíproco ou, para o mesmo efeito, o amor isento de qualquer tipo de preconceito, isto é, de igual para igual. Pelo contrário, a forma como se põe em cena o jogo de relações íntimas entre as personagens, o modo como diariamente conviveram e convivem, deixa sempre vir ao de cima as almas coxas onde vários tipos de ressentimentos acomodados e a mania da superioridade branca não passam despercebidos.

A leitura dos capítulos 15 e 19, onde é dada voz a jovens que constituem o Grupo dos 8, também não deixa passar despercebidos os maus-tratos a que foram sujeitos, quer pela própria família, quer pela Instituição a cargo de quem um dia ficaram. No que respeita a este último caso, os maus-tratos trazem à memória, mais uma vez, situações bem recentes que foram dadas a conhecer pelos meios de comunicação social. Referimo-nos, agora, a situações de abuso sexual, de pedofilia, protagonizados no romance (em paralelo com a realidade) por um médico, por um ministro e por um vigilante da Instituição. Nestes episódios, como em outros de que já demos conta, dramatizam-se as tensões, os conflitos entre raças que deveriam ser tidas como iguais mas cujas diferenças, afinal, os tempos post-coloniais não esbateram. Não podemos, portanto, deixar de ficar a interrogação: acabado o colonialismo terá também acabado a mentalidade colonial?

Notas

¹ Para a referência à “amnésia colectiva” (Blanco 58). No romance, dirigindo-se à sua sempre silenciosa interlocutora, interroga-se ainda: “Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram nunca e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar, uma história inventada com que a comovo a fim de conseguir mais depressa [...] que você veja nascer comigo a manhã na claridade azul pálida que fura as persianas [...]. Há quanto tempo não consigo dormir?” (*Os cus de Judas* 69).

² Comentário repetido na página 30.

³ A ideia da inferioridade do negro está também patente em outro tipo de situações—quando, por exemplo, no decurso de um dos assaltos uma das vítimas dialoga apenas com o rapaz branco porque ninguém “perde tempo com mestiços” (*O meu nome é Legião* 164).

⁴ Depois de lhe ser dito que há coisas (ordens) que não se podem escrever, é-lhe comunicada “verbalmente a possibilidade, segundo o [seu] critério [...] do uso da força e inclusive da utilização por necessidade extrema de armas de fogo de modo a uma resposta satisfatória às instruções do Comando” (*O meu nome é Legião* 34).

⁵ No Prefácio, Jean-Paul Sartre chama também a atenção para a desumanização exercida

sobre o colonizado: “A violência colonial não se propõe apenas manter, em atitude respeitosa, os homens submetidos, trata também de os desumanizar” (Fanon 15).

⁶ Um doutor (médico) pergunta ao marido da irmã do Hiena se “O cheiro da sua esposa não lhe mete impressão,” enquanto este refere ter permitido à mestiça “que ficasse apesar do cheiro que têm.” O dono do armazém que recebia a mercadoria roubada menciona também o “mau cheiro dos pretos” (*O meu nome é Legião* 196, 224, 252).

⁷ O dono do armazém refere-se também aos modos de cão de um preto (não de um mestiço, logo, supomos, não do Cão) que parava pelas redondezas do armazém (*O meu nome é Legião* 258-59).

⁸ A determinado momento lemos, ainda, a propósito do assalto ao casal homossexual, na praia: “os mestiços e o branco em torno dos homens, vendo bem os brancos tão selvagens quanto os outros, pensava que não e enganei-me” (*O meu nome é Legião* 165).

⁹ Esta ideia da ausência da capacidade de verbalização está também implícita em comentário do dono do armazém: “se um de vocês entender um preto dou-lhe um doce, pedem perdão, gaguejam” (*O meu nome é Legião* 264). “Os mestiços não choram porque o mecanismo das lágrimas não nasceu com eles que vantagem [...]” Posteriormente, relembra “o tal mecanismo que não nasceu com eles” (154). Esta ideia parece prolongar-se na aceitação resignada da mãe do Miúdo, que, ao contrário dos brancos, não tem alma: “quando era pequena veio um padre branco falar-nos de Deus e do Seu divino Amor e da Sua Bondade e de que me valem o Amor e a Bondade se não tenho alma ... não tenho alma, sou preta” (296-97).

¹⁰ Frantz Fanon diz, a propósito: “Essa agressividade sedimentada nos seus músculos, o colonizado manifesta-a primeiro contra os seus [...]. Frente à situação colonial, o colonizado encontra-se num estado de tensão permanente. O mundo do colono é um mundo hostil que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que faz inveja [...]; o colonizado sonha sempre em instalar-se no lugar do colono. Não para transformar-se em colono, claro, mas para substituí-lo. Esse mundo hostil, pesado, agressivo, porque rejeita com toda a sua força a massa colonizada, representa não o inferno de que devia afastar-se o mais rapidamente possível, mas um paraíso ao alcance da mão protegida por terríveis cães de guarda. O colonizado está sempre alerta, decifrando dificilmente os múltiplos signos do mundo colonial; nunca sabe se passou ou não o limite. Frente ao mundo determinado pelo colonialista, o colonizado presume-se sempre culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é antes uma espécie de maldição, uma espada de Dâmocles. Mas, no mais fundo de si mesmo, o colonizado não reconhece nenhuma instância. Está dominado mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono descuide a sua vigilância para lhe cair em cima” (Fanon 48).

¹¹ Atente-se, ainda, no que diz a mestiça com quem o Polícia vai viver: “*o meu pai mestiço e portanto eu não preta para os pretos, eu branca*, eu menina a comer um nada de arroz com garfinhos de folha e até um cálice ou dois e uma terrinazita sem pegas, *como o preto uma franja de tapete* não lhe apetece convidá-lo para almoçar com a gente, põe-se ao lado do seu filho e oferecemos-lhe macarrão peixe batatas / — Mais batatinhas coradas? / *que o umbigo dilata e encolhe derramado no chão talvez seja capaz de engolir, há-de engolir, engole, o preto que acompanhava o meu pai à fazenda e reunia os da senzala com uma chibata ordenando* / — Tu tu [...]” (*O meu nome é Legião* 314-15; itálico nosso).

Obras Citadas

Antunes, António Lobo. *A morte de Carlos Gardel*. Lisboa: Dom Quixote, [1994] 2008. Impresso.

- . *Explicação dos pássaros*. Lisboa: Dom Quixote, [1981] 2004. Impresso.
- . *Fado alexandrino*. Lisboa: Dom Quixote, [1983] 2007. Impresso.
- . *O meu nome é Legião*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. Impresso.
- . *Os cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote, [1979] 2004. Impresso.
- . *Segundo livro de crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, [2002] 2007. Impresso.
- Arnaud, Ana Paula, ed. *Entrevistas com António Lobo Antunes, 1979-2007: confissões do trapeiro*. Coimbra: Almedina, 2008. Impresso.
- Blanco, María Luisa. *Conversas com António Lobo Antunes*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 2002. Impresso.
- Dias, Ana Sousa. “António Lobo Antunes. Um escritor reconciliado com a vida.” *Entrevistas com António Lobo Antunes, 1979-2007: confissões do trapeiro*. Ed. Ana Paula Arnaut. Coimbra: Almedina, 2008. 147-56. Impresso.
- Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1965. Impresso.
- Santos, Boaventura de Sousa. “Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade.” Orgs. Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro. *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 2002. 23-85. Impresso.
- Seixo, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002. Impresso.
- Silva, Rodrigues da. “Mais dois, três livros e parei.” *Entrevistas com António Lobo Antunes, 1979-2007: confissões do trapeiro*. Ed. Ana Paula Arnaut. Coimbra: Almedina, 2008. 509-25. Impresso.

Ana Paula Arnaut é doutorada pela Universidade de Coimbra, onde lecciona Literatura Portuguesa Contemporânea. Publicou, entre outros livros, *Memorial do convento—História, ficção e ideologia* (1996), *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de ariadne-máscaras de Proteu* (2002), *José Saramago* (2008). Principal área científica de investigação: Literatura Portuguesa Contemporânea. Email: arnaut@ci.uc.pt